

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

PROGRAMA NACIONAL DE DESPORTO PARA TODOS

Entre:

1.º OUTORGANTE: FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (FPDD), pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública desportiva, com sede na Rua Presidente Samora Machel, Lote 7 – Loja Direita, 2620 – 061 Olival Basto, com o NIPC 502 513 934, neste ato representada por Cristina Isabel Marques da Silva, na qualidade de Presidente em exercício, adiante designada por **FPDD** ou **1.º OUTORGANTE**;

e

2.º OUTORGANTE: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES VISUAIS (ANDDVIS), pessoa coletiva de direito privado, com sede na Estação do Jardim Zoológico do Metropolitano de Lisboa, Átrio Norte, Loja número 9, 1500 – 423 Lisboa, com o NIPC 508 702 020, neste ato representada pelo seu Presidente da Direção, José Luís Pereira Silva, adiante designado por **ANDDVIS** ou **2.º OUTORGANTE**;

Tendo presente que:

- A FPDD tem por missão proporcionar a todos, independentemente da sua capacidade funcional, oportunidades de prática desportiva e atividade física ao longo da vida, de acordo com o nível de envolvimento desejado por cada pessoa, na sua comunidade e apoiar a prática generalizada do desporto para pessoas com deficiência, incentivando os cidadãos a adotar estilos de vida saudáveis nos quais a prática desportiva desempenha um papel central, contribuindo para a inclusão efetiva das pessoas com deficiência, proporcionando os diferentes meios para que essa inclusão seja uma realidade aos diferentes níveis de realização pessoal.
- Os apoios proporcionados pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ, I.P.) e pelo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, I.P.) são realizados, designadamente, através da atribuição de apoios financeiros aos diferentes agentes desportivos, através das suas estruturas federativas e associativas, recursos esses que devem ser criteriosamente aplicados na execução de programas de desenvolvimento desportivo.
- A intensa e regular atividade desenvolvida pela FPDD, ao longo dos anos, quer no apoio direto à prática do desporto por pessoas com deficiência quer, indiretamente, através das respetivas Associações Desportivas, implica a forte mobilização de recursos que permita a execução continuada de um ambicioso Plano de Atividades desportivas.
- O êxito das ações e a notoriedade dos diferentes eventos desportivos promovidos pela ANDDVIS são prova indiscutível da sua capacidade de realização, do crescente reconhecimento público da sua atividade e da sua

capacidade de mobilização para a prática desportiva das pessoas com deficiência.

- Estão claramente reunidas, nas entidades signatárias, as diferentes valências indispensáveis a garantir um esforço concertado e orientado para a prática do desporto por pessoas com deficiência, impondo-se agora definir a forma de operacionalizar esse esforço conjunto.
- O enquadramento jurídico proporcionado pela Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, e o disposto nos artigos 3.º, 5.º, 11.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro (Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo), designadamente no que se refere aos procedimentos a adotar na prestação de apoio financeiro às diferentes formas de associativismo desportivo, e o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, Apoio à Atividade Desportiva “Mais Desporto Diferente”, n.º CP/614/DD/2018, de ___ de dezembro, publicado em ___ de dezembro, firmado entre o IPDJ, I.P., o INR, I.P. e a FPDD, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª
(Objeto)

1. O presente contrato tem por objeto a execução do “*Programa de Apoio à Atividade Desportiva*”, apresentado pela ANDDVIS à FPDD, cujas linhas gerais e objetivos constam do Anexo I, que passa a fazer parte integrante deste Contrato.
2. O “*Programa de Apoio à Atividade Desportiva*” insere-se no quadro de ações desportivas suscetíveis de apoio financeiro pela FPDD e apresenta uma adequada calendarização e quantificação de metas e objetivos desportivos.

Cláusula 2.ª
(Objetivo principal)

Este Contrato-Programa e os meios financeiros disponibilizados através dele pela FPDD à ANDDVIS têm como principal objetivo assegurar que a ANDDVIS disponha dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do projeto descrito no Anexo I.



Cláusula 3.^a
(Prazo de execução do Programa)

O presente Contrato-Programa é anual, iniciando-se na data da sua assinatura, com retroativos a janeiro de 2018 e fim a 31 de dezembro de 2018, período esse que é considerado pelas partes como absolutamente necessário à integral execução do projeto identificado no Anexo I.

Cláusula 4.^a
(Comparticipação e disponibilização do financiamento)

1. A participação financeira a prestar pela FPDD à ANDDVIS para a realização do “Programa de Apoio à Atividade Desportiva” ascenderá a 4.320,00 € (quatro mil trezentos e vinte euros).
2. A disponibilização dos recursos financeiros pela FPDD à ANDDVIS efetuar-se-á após a realização das transferências bancárias efetuadas pelo IPDJ, I.P..
3. A FPDD disponibilizará a verba por transferência bancária a favor da ANDDVIS, a realizar em conformidade com um planeamento a acordar.
4. No caso de não serem utilizados todos os recursos financeiros disponibilizados ou na falta de documentação contabilisticamente válida, os respetivos saldos transitarão para a FPDD, com salvaguarda, porém, da data limite de encerramento do “Programa de Apoio à Atividade Desportiva” prevista na cláusula 3.^a deste Contrato-Programa.

Cláusula 5.^a
(Destino dos Bens Adquiridos)

1. Os bens e equipamentos adquiridos no âmbito deste Contrato-Programa deverão manter-se afetos às finalidades que determinaram a sua aquisição.
2. Está vedada a aquisição de qualquer bem imóvel com verbas emergentes das participações financeiras prestadas pelo IPDJ, I.P. e pelo INR, I.P., no âmbito deste Contrato.

Cláusula 6.^a
(Fiscalização e Controlo)

1. A ANDDVIS manterá um registo permanentemente atualizado e exaustivo de todas as iniciativas desportivas e outras a elas complementares, executadas ao abrigo do “Programa de Apoio à Atividade”, seja diretamente ou através dos seus filiados, bem como dos respetivos custos e despesas já incorridas.
2. Em qualquer momento da vigência deste Contrato, a FPDD poderá solicitar à ANDDVIS um ponto de situação global ou relativo à execução de uma qualquer das iniciativas previstas no “Programa de Apoio à Atividade Desportiva”, ficando a ANDDVIS, obrigada a prestar todos os esclarecimentos solicitados em prazo não superior a 15 (quinze) dias contados da respetiva interpeleção formal.

3. A ANDDVIS obriga-se a usar de total boa-fé e transparência processual na prestação dos esclarecimentos solicitados, contribuindo ativa e eficientemente para um rápido apuramento de situações e eventuais responsabilidades.

Cláusula 7.^a
(Direitos e Obrigações da FPDD)

1. Constituem direitos da FPDD:

- a) Receber da ANDDVIS atempadamente e com o devido detalhe, toda a informação relativa à execução do "*Programa de Apoio à Atividade Desportiva*", quer na vertente de execução das diferentes iniciativas nele previstas, quer na componente de realização orçamental, assim como as devidas informações promocionais das atividades;
- b) Fiscalizar e proceder ao adequado controlo do Contrato-Programa, por forma a garantir o cumprimento integral dos objetivos que estiveram na respetiva génese;
- c) Suspender a comparticipação financeira prevista neste Contrato-Programa em caso de incumprimento grave e reiterado imputável à ANDDVIS e até que o mesmo se encontre ultrapassado;
- d) Proceder à cativação ou redistribuição das verbas resultantes da suspensão referida no ponto anterior, sendo esta medida decidida pela Direção da FPDD;
- e) Estar presente institucionalmente, sempre que possível, nas atividades desenvolvidas pela ANDDVIS ao abrigo do "*Programa de Apoio à Atividade Desportiva*".

2. Constituem obrigações da FPDD:

- a) Proceder à disponibilização à ANDDVIS da comparticipação financeira prevista neste Contrato, de acordo com o montante contemplado na cláusula 4.^a;
- b) Proporcionar toda a cooperação e aconselhamentos técnicos, de acordo com as suas disponibilidades, que possam contribuir para um pleno preenchimento dos objetivos previstos neste Contrato-Programa;
- c) Proporcionar apoio institucional à ANDDVIS no âmbito da regular execução deste Contrato.

Cláusula 8.^a
(Direitos e Obrigações da ANDDVIS)

1. Constituem direitos da ANDDVIS:
 - a) Receber da FPDD a comparticipação financeira prevista neste Contrato-Programa, com integral observância dos montantes e datas indicativas de disponibilização;
 - b) Receber, com carácter exaustivo, todos os esclarecimentos por si solicitados à FPDD;
 - c) Ser informada pelo 1.º Outorgante de todas e quaisquer situações anómalas que se venham a verificar na execução deste Contrato-Programa e das quais aquele venha a ter efetivo conhecimento.

2. São obrigações da ANDDVIS, com poderes delegados pela FPDD, nas diversas modalidades, enquanto e durante a ANDDVIS reunir as condições necessárias para o efeito:
 - a) Executar o programa de desenvolvimento desportivo;
 - b) Criar um centro de resultados próprio e exclusivo para a execução do programa de apoio à atividade desportiva, não podendo nele imputar outros custos ou rendimentos;
 - c) Elaborar e remeter à FPDD até 4 de fevereiro de 2019, um relatório final em modelo próprio definido pelo IPDJ, I.P. sobre as iniciativas desportivas abrangidas pelo Programa de Desenvolvimento Desportivo, bem como os respetivos balancetes;
 - d) Prestar, de forma exaustiva, todos os esclarecimentos a si solicitados pela FPDD;
 - e) Comunicar de imediato à FPDD toda e qualquer situação anómala que se venha a verificar na execução deste Contrato-Programa e das que venham a ter efetivo conhecimento;
 - f) Assegurar uma rigorosa aplicação dos recursos financeiros disponibilizados pela FPDD, na execução criteriosa do "*Programa de Apoio à Atividade Desportiva*";
 - g) Garantir o maior rigor na elaboração dos dossiês de despesa e no correspondente tratamento e arquivo de toda a documentação de suporte contabilístico, no estrito respeito e observância da legislação em vigor;
 - h) Zelar pela adoção das melhores práticas de gestão na utilização das comparticipações financeiras, otimizando a sua aplicação no financiamento das atividades desportivas a que se destinam;
 - i) Garantir o cumprimento e preenchimento rigoroso de todos os objetivos subjacentes ao presente Contrato-Programa;

- 
- j) Inserir a logomarca do IPDJ, I.P., do INR, I.P. e da FPDD nos documentos, eventos e ações abrangidas por este Contrato-Programa.

Cláusula 9.^a
(Dossiê Financeiro)

A ANDDVIS obriga-se a organizar e a ter permanentemente atualizado e disponível para consulta, um dossiê financeiro relativo a este Contrato-Programa, do qual conste uma conta de exploração devidamente estruturada e que permita uma visualização, a todo o tempo, dos níveis de execução do “Programa de Apoio à Atividade Desportiva” e da correspondente conta de exploração com detalhe das participações financeiras já utilizadas.

Cláusula 10.^a
(Revisão)

O presente Contrato-Programa pode ser revisto por acordo entre as partes, nos termos e condições estabelecidos no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 11.^a
(Resolução do Contrato)

1. Em caso de incumprimento grave e reiterado por qualquer uma das partes das suas obrigações contratuais, poderá a parte lesada proceder à respetiva rescisão unilateral se decorridos 30 (trinta) dias sobre a interpelação formal dirigida à parte faltosa, que se encontre em incumprimento, caso a mesma não tenha posto fim à situação de incumprimento contratual.
2. Em caso de incumprimento por parte da ANDDVIS serão suspensos os apoios financeiros previstos neste contrato, podendo a FPDD, por deliberação da sua Direção, aplicar sanção prevista na Cláusula 7.^a.
3. Em caso de incumprimento imputável ao 2.º Outorgante, a FPDD tem direito a ser indemnizada por todos os prejuízos causados em que esta venha efetivamente a incorrer.
4. Em caso de incumprimento imputável à FPDD, não poderão recair sobre a ANDDVIS quaisquer prejuízos pelo que fica o 1.º Outorgante obrigado a:
 - a) Prestar ao 2.º Outorgante todos os apoios financeiros previstos neste Contrato-Programa, mesmo durante o período do referido incumprimento;
 - b) Indemnizar a ANDDVIS por todos os prejuízos em que esta venha a incorrer resultantes do citado incumprimento contratual.

Cláusula 12.^a
(Vigência)

O presente Contrato-Programa tem início na data da sua assinatura (com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2018) e vigora até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 13.^a
(Disposições finais)

1. Os eventuais diferendos e litígios emergentes da execução do presente Contrato-Programa serão submetidos a arbitragem, nos termos previstos na lei.

2. Os casos omissos no presente Contrato serão esclarecidos entre as partes não podendo, em caso algum, contrariar a legislação desportiva vigente nem as disposições do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/614/DD/2018 – Apoio à Atividade Desportiva, celebrado entre a FPDD e o IPDJ, I.P. e o INR, I.P..

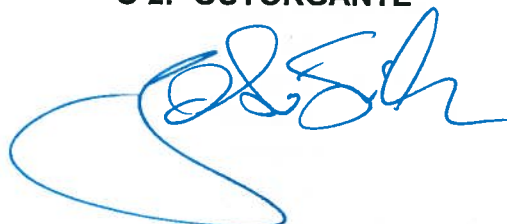
Lido e compreendido pelos outorgantes o teor do presente contrato, vai ser por eles assinado, em dois exemplares, ficando um para cada um dos outorgantes.

Olival Basto, __ de dezembro de 2018

O 1.º OUTORGANTE

A handwritten signature in black ink, appearing to read "António Manuel José da Silva", written over a horizontal line.

O 2.º OUTORGANTE

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping loops and lines.